

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Fundador da Localiza cuidará de privatizações	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Posto segura queda no preço do combustível.....	3
Título: Ministério e agência defendem fim da subvenção ao diesel.....	5
Título: Amigo de Bolsonaro e deputado é cotado para Minas e Energia	6
Título: Petróleo fecha abaixo de US\$ 60 e pressiona Petrobras e Bolsa de SP.....	7
Título: O dilema de Angra 3.....	9
Título: Leilão de distribuidora no AM da Eletrobras é novamente adiado	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Gasolina despenca na refinaria, mas resiste na bomba	11
Título: Para presidente da ANP, subsídio ao diesel já pode acabar	12
Título: Equipe de transição estuda três nomes para Minas e Energia	13
Título: » Momento Abin.	14
Título: Guedes confirma Mattar no governo	15
Título: Preço do petróleo cai ao menor nível em um ano e derruba valor da Petrobrás	16

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/11/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca E Marcello Corrêa****Título: Fundador da Localiza cuidará de privatizações**

Empresário Salim Mattar, amigo de Paulo Guedes, que vai assumir a Secretaria de Desestatização, nunca trabalhou no setor público. Ele chegou a ser convidado pelo Partido Novo para disputar o governo de Minas, mas recusou

BRASÍLIA- O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, escolheu o empresário mineiro Salim Mattar para o comando de uma das secretarias mais importantes do governo Jair Bolsonaro: a de Desestatização. A estrutura será criada sob o guarda-chuva da pasta de Guedes, que prepara um extenso programa de venda de empresas públicas.

Salim, no entanto, nunca trabalhou no setor público e não tem experiência em privatizações. Além da amizade de longa data com Guedes, pesou na escolha o fato de o futuro secretário ter um perfil liberal como o ministro.

Salim Mattar é fundador da Localiza, maior rede de aluguel de carros da América do Sul e um dos donos da seguradora Pottencial, líder no mercado de seguro-garantia. Também é sócio e administrador do Haras Sahara e acionista da OMNI Táxi Áereo. Segundo pessoas próximas, o conhecimento adquirido nos negócios, sobretudo em processos de fusão e abertura de capital de suas empresas, poderá ajudá-lo na nova missão.

DOAÇÕES AO DEM E PFL

Ele chegou a ser convidado pelo Partido Novo para disputar o governo de Minas, mas recusou, e a legenda emplacou Romeu Zema. O executivo é um homem próximo da política. Foi o quarto maior doador das eleições deste ano, tendo repassado um total de R\$ 2,9 milhões para 28 candidatos de vários partidos, incluindo o PSL (do presidente eleito Jair Bolsonaro).

Entre os contemplados estão o novo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM, R\$ 100 mil) seu filho Rodrigo Lorenzoni (DEM, R\$ 50 mil) e o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM, R\$ 200 mil). O principal agraciado com as doações de Matta foi Zema, que recebeu R\$ 700 mil.

O novo secretário se formou em administração de empresas pela Fumec em 1976. Antes, já tocava a Localiza, fundada em 1973, quando o empresário começou sua carreira de empreendedor. Em 2013, ele deixou o comando direto da companhia, passando ao Conselho de Administração. Em nota enviada à

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ontem, ele informou que apresentará seu pedido de renúncia do Conselho em 13 de dezembro.

No documento, o empresário confirma que aceitou o convite de Guedes e diz que, agora, vai se dedicar à nova função. "Aos meus 70 anos, me dedicarei à vida pública,

juntando-me ao novo governo e colaborando com os conhecimentos adquiridos ao longo de minha exitosa carreira empreendedora para construir um país melhor".

O Ministério do Planejamento divulgou, ontem, os resultados da terceira avaliação sobre a governança das estatais, instrumento de acompanhamento contínuo das empresas federais de controle direto da União. De 0 a 10, anota média das empresas analisadas foi 7. No total, 54 estatais passaram pela avaliação. Dessas, 20 ficaram com o índice abaixo da média.

Entre as principais estatais, ainda falta definir o comando da Eletrobras. A equipe do governo de transição conversou com o atual presidente da empresa, Wilson Ferreira Jr, mas nenhum convite foi feito, segundo pessoas próximas ao executivo.

Ele é um dos principais responsáveis pelo projeto de privatização da empresa e de sua reestruturação. Na conversa, ele relatou os desafios da empresa, como a privatização de suas distribuidoras.

(Colaboraram: Mateus Coutinho e Manoel Ventura)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Posto segura queda no preço do combustível

Desde que a Petrobras começou a reduzir valor nas refinarias, margem das vendas já sofreu aumento de 27,2%

A margem de lucro dos postos brasileiros com a venda de gasolina aumentou 27,2% desde que a Petrobras começou a reduzir o preço do combustível nas refinarias, de acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O aumento é um dos fatores que vem impedindo o repasse total da queda da gasolina ao consumidor, ao lado dos impostos estaduais, que ainda não acompanharam a redução.

Segundo a ANP a fatia que fica com os postos chegou na semana passada a R\$ 0,542 por litro, o maior valor desde a virada de maio para junho, quando a paralisação dos caminhoneiros provocava problemas de abastecimento no país.

A alta ocorre em um momento em que a Petrobras pratica cortes sucessivos no preço da gasolina em suas refinarias, acompanhando o recuo da taxa de câmbio e das cotações internacionais. Entre 24 de setembro, quando a estatal iniciou o ciclo de cortes e sexta (16), a queda acumulada era de 28,5%, ou R\$ 0,642 por litro.

No mesmo período, as distribuidoras, que comprem gasolina pura da Petrobras e misturam ao etanol antes de revender os postos, reduziram seus preços em 4,64%, ou R\$ 0,198 por litro. Nos postos, porém, a queda é de apenas 1,75%, ou R\$ 0,08 por litro.

De acordo com a ANP a margem dos postos cresceu R\$ 0,11 por litro no mesmo período, em movimento contrário aos demais elos da cadeia. Na semana passada, a fatia da revenda representou 11,7% do preço final, contra 9,1% na semana de 24 de setembro.

Crítica da pesquisa de preços da ANP A Fecombustíveis (federação que representa os donos de postos) questiona os dados e diz que a queda de preços ao consumidor depende também da velocidade dos repasses promovidos pelas distribuidoras de combustíveis.

“Esse processo demora um pouco porque as distribuidoras costumam trabalhar com estoques altos e normalmente demoram a repassar para a gente, porque vendem primeiro o estoque a preços mais altos”, afirma o presidente da entidade, Paulo Miranda.

Ele diz que, em períodos de alta, os postos costumam segurar repasses diários, comprimindo duas margens, e o mesmo movimento pode estar acontecendo no ciclo de baixa. “Essa margem atual não está muito longe da margem histórica”, afirmou.

Os dados da ANP mostram que as margens dos postos se situavam em 12% a 13% do preço final até o fim de 2017, quando se iniciou a escalada de preços nas refinarias em resposta ao aumento do dólar e das cotações internacionais.

Em março, caem abaixo de 10% pela primeira vez desde que a ANP passou a compilar os dados, em 2002.

Para o consultor Luiz Henrique Sanches, o movimento pode refletir recomposição de margens após um período de gasolina cara e forte competição com o etanol. “Os postos estão trabalhando com margens muito baixas”, diz ele.

A carga tributária sobre a gasolina também não acompanhou a queda do preço nas refinarias. Pelo contrário, o ICMS vem subindo na maior parte dos estados brasileiros, o que funciona para também segurar o repasse da queda de preço para o consumidor.

O ICMS é cobrado sobre um valor definido quinzenalmente pelas secretarias de Fazenda, conhecido como PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final). Sobre esse preço, incide a alíquota, que varia de 25% a 34%, dependendo do estado.

Desde a segunda quinzena de setembro, apenas dois estados não aumentaram o PMPF: Bahia e Pará. Todos os demais e o Distrito Federal elevaram o valor usado como referência para o recolhimento do imposto.

As maiores altas foram promovidas por Amapá e Ceará -10,97% e 10,31%, respectivamente. Em São Paulo, o PMPF foi elevado em 6,51% desde a segunda quinzena de setembro. Atualmente, o ICMS no estado é cobrado sobre o valor de R\$ 4,499 por litro, acima do preço médio verificado pela ANP de R\$ 4,377.

Os estados alegam que definem os valores de acordo com pesquisa de preços nos postos. Ou seja, o ICMS só é alterado depois que os postos baixarem ou aumentarem seus preços.

“Embora o preço de venda da gasolina na refinaria tenha sofrido reduções a partir do mês de outubro, verificamos, com base nos documentos fiscais eletrônicos disponíveis nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda, que essa redução ainda não foi repassada aos preços praticados pelos setores de distribuição e varejo”, disse, em nota, a Secretaria de Fazenda de São Paulo.

Esse modelo de cobrança é questionado pelo setor de combustíveis, por alavancar movimentos de alta e retardar movimentos de baixa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ministério e agência defendem fim da subvenção ao diesel

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, e o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, defenderam nesta sexta (23) a revisão do programa de subvenção ao preço do diesel, que vem caindo nas últimas semanas.

O tema está parado no Palácio do Planalto, que chegou a estudar um modelo de transição no mês passado mas recuou com receio de novos protestos de caminhoneiros. Uma minuta de portaria sobre regras de transição para o fim do programa chegou a ser rascunhada, mas acabou engavetada.

Em entrevista após evento da ANP nesta quinta, Moreira Franco disse acreditar que está na hora de rever o subsídio, mas ressaltou que a definição é da área econômica.

“O MME [Ministério de Minas e Energia] fornece informações, mas não tem poder nem sobre o transporte nem sobre a subvenção”, afirmou.

A queda nas cotações internacionais do petróleo praticamente eliminou a necessidade de subvenção, que garantiu desconto de até R\$ 0,30 por litro ao preço do diesel. Nesta sexta (23), o subsídio está praticamente zerado nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Nas regiões Norte e Nordeste, é de R\$ 0,05 e R\$ 0,02 por litro, respectivamente.

O governo separou R\$ 9,5 bilhões para bancar o subsídio até o fim do ano, mas com a queda das cotações internacionais o valor não será totalmente usado.

Desde que o formato atual do programa está em vigor, a partir de 8 de junho, o subsídio máximo de R\$ 0,30 por litro só foi necessário em 39 dias, o equivalente a 23% do período.

Até o momento, a ANP autorizou o pagamento de cerca de R\$ 2,7 bilhões para ressarcir as empresas que venderam o combustível a preço tabelado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Thais Arbex e Julia Chaib

Título: Amigo de Bolsonaro e deputado é cotado para Minas e Energia

O nome do deputado federal Jaime Martins (Pros-MG) ganhou força na bolsa de apostas para ocupar o **Ministério de Minas e energia** do governo Jair Bolsonaro.

Nos últimos dias, o próprio presidente eleito disse a aliados que estudava nomear o parlamentar para o cargo. Eles são amigos.

Deputados de Minas Gerais que conhecem o parlamentar do Pros, conhecido como “Jaiminho”, dizem que ele foi sondado para a função.

A especulação em torno do nome já desagrada alguns setores do mercado, que queriam um nome mais técnico.

Do lado dos militares que são da equipe de Bolsonaro, a indicação era outra, de Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do MME.

O Pros, partido de Martins, se coligou ao PT de Fernando Haddad na eleição presidencial deste a

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Petróleo fecha abaixo de US\$ 60 e pressiona Petrobras e Bolsa de SP

Com oferta elevada, tombo da matéria-prima supera 30% em 2 meses; dólar avança para R\$ 3,82

O petróleo despencou mais de 6% nesta sexta-feira (23), azedando os mercados financeiros em dia de volume reduzido de negócios.

A desvalorização da matéria-prima, que acumula baixa de mais de 30% desde outubro, quando chegou a valer US\$ 86, pesou também sobre outros produtos e derrubou a Bolsa brasileira. O dólar avançou.

O barril do Brent, referência internacional, fechou esta sexta a US\$ 58,80, no menor patamar em mais de um ano.

Nos EUA, o barril WTI caiu 7,6%, para US\$ 50,39, no maior recuo percentual diário desde julho de 2015.

Os preços recuam com base em notícias que apontam crescimento da oferta acima da demanda. O mercado passou a temer acúmulo de combustível como o que ocorreu em 2015, que levou as cotações para abaixo de US\$ 30.

A Agência Internacional de energia espera que apenas a produção de países não integrantes da Opep aumente 2,3 milhões de barris por dia em 2018. A

demanda por petróleo no próximo ano, por sua vez, deverá crescer 1,3 milhão de barris por dia.

Enquanto isso, parece improvável que a Arábia Saudita, sob pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aceite reduzir a sua produção de petróleo.

Os líderes sauditas vinham discutindo a necessidade de cortar a produção, porque o colapso dos preços ameaça o Orçamento do país.

Mas analistas do mercado financeiro dizem que o apoio de Trump ao príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman, depois do assassinato do jornalista Jamall Khashoggi, pode complicar o processo decisório.

“O presidente Trump ofereceu forte apoio político à Arábia Saudita, mas em troca disso ele deseja preços mais baixos”, disse Olivier Jakob, analista da Petromatrix, na Suíça. “O presidente está pressionando para manter os preços baixos por mais tempo, e agora ele tem algum cacife político para isso.”

A pressão de Trump surge em um momento no qual a oferta de petróleo está subindo nos EUA e o crescimento econômico mundial começa a arrefecer, o que ajudou a derrubar os preços.

Investidores têm mostrado preocupação com a desaceleração da economia global com o agravamento das tensões comerciais entre Estados Unidos e China, que poderiam reduzir a demanda também por outras matérias-primas, como o minério de ferro.

O preço do produto também se retraiu nesta sexta.

Esse mau humor no mercado de commodities afetou as ações da Vale e da Petrobras e derrubou a Bolsa brasileira.

O papéis preferenciais da estatal cederam mais de 3%, para R\$ 24,37, enquanto a mineradora se desvalorizou 6,82%, a R\$ 50,35 por ação.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, cedeu 1,42%, a 86.230 pontos.

O volume de negócios, no entanto, foi de R\$ 12,7 bilhões, cerca de 30% abaixo da média dos últimos 30 dias, diz Rafael Passos, da Guide.

Isso tende a tornar os movimentos de mercado mais bruscos, o que explica abaixo na Bolsa brasileira nesta sexta, afirma.

O volume de negócios diminuiu no mercado paulista refletindo o feriado de Ação de Graças nos EUA, na quinta (22), quando não houve negócios por lá. Nesta sexta, o horário de negociação foi reduzido também na esteira do feriado.

As Bolsas americanas recuaram nesta sexta, também sob reflexo das perdas no setor de energia.

O azedume de investidores com a queda nos preços de commodities afeta ainda as moedas emergentes, já que a aversão a risco estimula a migração a ativos considerados mais seguros, como é o dólar. Ante o real, a moeda americana avançou 0,42%, para R\$ 3,8230. Na semana, a alta foi de 2,24%.

Os preços do petróleo devem continuar a impactar os mercados de risco nas próximas semanas, já que países-membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e outras nações produtoras, como a Rússia, só devem se reunir no começo de dezembro para discutir novos limites para a produção.

A despeito da pressão do governo americano, os sauditas têm interesse em fazer o preço do petróleo voltar a subir por meio do corte de produção, atualmente em 11 milhões de barris por dia. Isso porque o país precisa de um patamar de US\$ 80 por barril para equilibrar o Orçamento.

Analistas dizem que o país pode chegar a um acordo para um corte de produção, inclusive com a Rússia, um de seus aliados mais importantes, mas que a dimensão da redução deve ser menor que o esperado.

Também existe a possibilidade de que os sauditas promovam um corte unilateral de produção, sem acordo formal, para evitar irritar os Estados Unidos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: O dilema de Angra 3

A construção da usina nuclear de Angra 3 se arrasta, desde a década de 1980, no lodaçal perdulário das obras públicas brasileiras. O governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), terá de decidir se dedica um esforço financeiro hercúleo para desatolar o projeto, no qual já se enterraram bilhões.

Como noticiou esta Folha na quarta (21), a alternativa que se coloca implica despendar ou R\$ 17 bilhões para concluir a obra ou outros R\$ 12 bilhões para desmontar o que já foi feito e saldar as dívidas financeiras da Eletronuclear, segundo cálculo da consultoria PSR.

Até 2015, quando a construção foi paralisada, haviam sido investidos ali R\$ 6,9 bilhões (em valores atualizados). Abandonar de vez o empreendimento, agora que 67% das instalações foram realizadas, significaria em realidade desperdiçar um total de R\$ 18,9 bilhões.

Como regra geral, soa óbvio que obra iniciada precisa ser concluída, mas eis aí um gasto monumental, num momento em que medidas duras e impopulares se impõem para equilibrar as contas estatais. Parece surreal um país acossado por crescentes déficits orçamentários defrontar-se com tal dilema.

Há que levar em conta na decisão, além da questão financeira, o benefício oferecido por Angra 3.0 dispêndio de R\$ 17 bilhões, por improvável que seja, levaria à agregação de 1.405 megawatts ao parque elétrico, suficientes para abastecer Brasília e Belo Horizonte.

Mais que isso, centrais nucleares produzem energia com a qual se pode contar de modo quase contínuo, à diferença de hidrelétricas, usinas eólicas e solares, que variam conforme a estação e a hora do dia.

Têm, ainda, a vantagem de não emitir gases do efeito estufa na geração, como termelétricas movidas a carvão, óleo ou gás, que agravam a mudança climática. Mas persiste a questão da segurança de operação e dos resíduos radiativos, que ainda suscita contestações.

Tudo somado e sopesado, a conduta racional seria concluir a obra. Teria sido esse o intuito da recente decisão de dobrar o preço de referência para a energia de Angra 3, para R\$ 480 o megawatt-hora.

Para a Eletronuclear, tal valor estaria em linha com o que se vê no exterior e atrairia investidores. Fica, porém, bem acima do que custa a eletricidade de fontes renováveis.

O ônus final recairá sobre o consumidor: R\$ 6,6 bilhões a mais na conta de luz, na comparação com a energia solar no Sudeste.

Compete ao governo Bolsonaro realizar mais estudos e encontrar soluções, com a participação de investidores privados, que possibilitem diminuir a sobrecarga.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Leilão

Autor:

Título: Leilão de distribuidora no AM da Eletrobras é novamente adiado

A Eletrobras informou que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) alterou a data de leilão da distribuidora da estatal no Amazonas para 10 de dezembro, segundo comunicado ao mercado divulgado na noite de quinta-feira (22).

O certame estava agendado para o dia 27 deste mês.

A mudança ocorre após uma decisão judicial desfavorável, no início desta semana. A 49a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro decidiu tornar sem efeito a assembleia-geral da Eletrobras que votou pela venda das distribuidoras da estatal.

Além da decisão, a venda da distribuidora enfrenta outro desafio: atrair companhias interessadas em comprar a empresa, que acumula débitos bilionários.

Ao longo do último ano, o governo tentou transferir essa dívida para a conta do consumidor, sob justificativa de viabilizar a venda. Tentou-se fazer isso por meio de uma medida provisória, que perdeu sua validade, e um projeto de lei, também fracassado.

Neste mês, em uma última tentativa, o governo publicou uma nova medida provisória para sanar as dívidas da companhia.

Caso a privatização da distribuidora não seja feita, a empresa será liquidada — o processo poderia implicar a demissão em massa de funcionários, uma incerteza sobre a continuidade dos serviços no estado e passivos enormes que teriam de ser absorvidos pela estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Economia

Autor: Douglas Gavras

Título: Gasolina despenca na refinaria, mas resiste na bomba

Em dois meses, desde o pico de aumento dos preços, combustível comum caiu mais de 30% na refinaria e só 1,75% para o consumidor

O preço da gasolina comum despencou nas refinarias, mas só tropeçou nas bombas. Desde setembro, o combustível na usina caiu 31% (sem impostos) e atingiu o nível mais baixo desde julho. No posto, porém, a gasolina ficou só 1,75% mais barata em todo o País, no mesmo período. Na última semana, a Petrobrás divulgou que a gasolina nas refinarias estava em R\$ 1,5556 – em comparação a R\$ 2,2514 na segunda quinzena de setembro. No mesmo

período, dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostram que o preço médio da gasolina na bomba caiu de R\$ 4,696 para R\$ 4,614. Em setembro, os preços foram afetados pela alta do petróleo no exterior e a desvalorização do real em relação ao dólar, e o combustível atingiu um pico de preço.

Em alguns postos de São Paulo, a gasolina chegou a custar acima de R\$ 5 o litro. Agora, as sucessivas quedas dos preços dos **combustíveis** pela Petrobrás refletem o recuo no preço internacional do petróleo. O preço da gasolina no exterior, caiu 15,3% nos últimos 30 dias, aponta a consultoria Rosenberg e Associados. A queda mais lenta nos preços pagos pelo consumidor é explicada pelos altos impostos que incidem sobre o combustível, diz o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia.

“Quase metade do preço na bomba é imposto. O preço de refinaria, que a Petrobrás divulga, acaba sendo distorcido pelo que incide sobre o combustível.” O setor argumenta que, na época em que a gasolina subiu na refinaria, ele não repassou essa alta para o consumidor e absorveu parte do aumento. Mas o aumento que deixou de ser repassado ao consumidor foi menor que a diferença entre o preço de refinaria e o de bomba agora. De julho a setembro, a gasolina subiu 14% na refinaria e 4% no posto, diferença de dez pontos percentuais. Agora, essa diferença é de quase 30. Mesmo assim, o empresário Fábio Caldeira, de 38 anos, comemora a queda nos preços.

“Gasto R\$ 2 mil por mês com combustível e qualquer desconto faz diferença.” Ele diz acreditar que o preço já poderia estar abaixo de R\$ 4 na maioria dos postos. “Havia muita incerteza antes da eleição. Acho que pode cair mais agora.” Os postos também dizem que o consumidor deve perceber a redução maior aos poucos, conforme o combustível comprado no preço antigo for sendo substituído nas bombas. Para o economista Fábio Silveira, da MacroSector, as empresas querem aumentar a margem de lucro. “Por mais que o preço antes de chegar na bomba não se compare ao preço final, a diferença é muito alta.” Ele avalia que a queda nos preços para o consumidor não deve ter impacto na inflação agora. “Nos próximos quatro meses, os preços nos postos devem cair mais e, assim, ajudar na inflação do ano que vem.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Para presidente da ANP, subsídio ao diesel já pode acabar

Segundo Décio Oddone, queda do preço do petróleo traz oportunidade para fim dessa política

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou ontem que a queda do preço do petróleo no mercado internacional – as cotações atingiram ontem o menor patamar em um ano – traz uma oportunidade ao governo federal para antecipar o fim do subsídio ao óleo diesel. Pelo acordo, o governo concede um subsídio de R\$ 0,30 por litro do diesel, além de ter reduzido em R\$ 0,16 os tributos Cide e PIS/Cofins incidentes sobre o produto, para garantir uma queda total de R\$ 0,46 por litro no preço ao consumidor até 31 de dezembro. Os reajustes frequentes de preços do óleo diesel, por conta da política da Petrobrás de atrelar esses preços à variação no mercado internacional, levaram os caminhoneiros autônomos do País a uma paralisação que durou 11 dias, no fim de maio.

O movimento provocou uma grave crise de desabastecimento em todo o País, e só terminou quando o governo resolveu ceder a uma série de reivindicações, entre elas a concessão de um subsídio para baratear o preço do óleo diesel. Agora, segundo Oddone, esse subsídio já não faz sentido. “O fim do subsídio é uma decisão política. No fim do mês, dependendo de como estiverem os preços, a decisão deve ser tomada”, disse Oddone, após participar do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2018. A decisão deve partir da alta esfera do governo, que fechou acordo com os caminhoneiros, segundo o diretor-geral da ANP. Mas, de acordo com o **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, “essa é uma atribuição da ANP e da Fazenda”.

Partilha ou concessão. Também presente ao evento, o ministro ainda afirmou que nunca ouviu falar em “mudança de regime” de partilha para concessão nos leilões do pré-sal. Ele negou discussão com equipe de transição do governo nesse sentido, como foi noticiado esta semana. No regime de partilha, as empresas pagam um preço fixo e vence o leilão quem oferecer maior volume de petróleo de volta ao governo. Já na concessão, vence quem oferecer o maior valor em dinheiro ao governo pelo direito de explorar a área.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Equipe de transição estuda três nomes para Minas e Energia

Expectativa era que até o fim desta semana, Bolsonaro faria anúncio, mas ontem apareceu um novo candidato ao cargo

Um dos ministérios mais importantes e estratégicos para a retomada econômica do País, **Minas e energia** ainda vive sob a dúvida de quem vai comandar a pasta na gestão de Jair Bolsonaro (PSL). Até o início desta semana dois nomes lideravam as apostas de quem seria o novo ministro: Paulo Pedrosa, ex-secretário do ministério, e Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Ontem, no entanto, um novo personagem entrou na disputa, o deputado federal Jaime Martins (Pros/MG). Apesar de fazer parte da Comissão de Minas e energia (CME) e informar que tem intensa atuação na área, o político mineiro não é um nome muito conhecido entre executivos do setor.

Em nota, ele disse não ter recebido convite oficial para o ministério, mas exaltou seus conhecimentos no segmento e sua versatilidade. De acordo com o comunicado, o deputado é vice-presidente da Frente do Gás, químico industrial, engenheiro mecânico, engenheiro metalúrgico, advogado e especialista em administração financeira e marketing. O deputado também teria proximidade com militares, já que é membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. No setor, o nome do deputado recebeu a simpatia especialmente de executivos ligados à geração de energia hídrica, que esperam uma nova fase de crescimento, depois da forte expansão das energias alternativas (leia-se eólica e solar).

Paulo Pedrosa, que tem a preferência de boa parte do setor elétrico, foi convidado para fazer uma apresentação para o professor da Universidade de Iowa, Luciano de Castro, que participou da campanha de Bolsonaro, para o futuro ministro da economia Paulo Guedes e para o vice-presidente Hamilton Mourão. A apresentação teria causado boa impressão. Adriano Pires também entrou na lista como um especialista que tem grande conhecimento na área de petróleo e gás. Assim como Pedrosa, o diretor do CBIE foi convidado pela equipe de transição para fazer uma apresentação sobre o setor energético. Pires tem proximidade com boa parte dos integrantes da equipe econômica de Guedes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Colunas

Autor: NAIRA TRINDADE (EDITORA INTERINA)

Título: » Momento Abin.

Coluna do Estadão

Principal assunto durante o casamento do novo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com Denise Verbeling, era a eventual indicação de **Jaime Martins**

(PROS-MG) para Minas e energia e de Ana Amélia (PP-RS) para as Comunicações.

» Aguenta. Convidados diziam que os dois podem ser confirmados nos cargos caso passem pelo “corredor polonês” sem denúncias graves.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Guedes confirma Mattar no governo

Empresário, dono da locadora de veículos Localiza, vai comandar a secretaria de privatizações, uma das mais importantes da nova gestão

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou, ontem que o empresário Salim Mattar aceitou assumir a Secretaria Geral de Desestatização e Desmobilização, criada para tocar as privatizações na gestão de Jair Bolsonaro. A informação foi antecipada pelo ‘Estado’. A secretaria vai integrar a estrutura do Ministério da Economia e será uma das mais importantes do novo governo. Mattar é fundador da Localiza, uma das maiores locadoras de veículos do mundo. Hoje ele preside o conselho de administração da empresa, que criou em 1973, aos 24 anos. Também é sócio de uma companhia de táxi aéreo, de uma seguradora e do Haras Sahara, em Minas Gerais.

O empresário é membro do Instituto Millenium, fundado por Guedes para promover o liberalismo econômico. Ele já ensaiava há algum tempo sua entrada no mundo político e chegou a ser sondado pelo partido Novo para se candidatar ao governo de Minas Gerais. Agora, vai comandar uma área estratégica no plano econômico de Paulo Guedes. As privatizações são uma grande aposta do futuro governo para ajudar no ajuste fiscal. Guedes já estimou em R\$ 1 trilhão o valor a arrecadar com privatizações, concessões, venda de imóveis da União. “Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas”, diz o programa de governo do presidente eleito. Na lista de privatizações do futuro governo estão a Eletrobrás e partes da Petrobrás, a Casa da Moeda, subsidiárias dos bancos públicos, entre outros. A futura secretaria receberá também a estrutura que administra os imóveis da União, hoje dentro do Ministério do Planejamento.

As concessões de infraestrutura seguirão com a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e não estarão vinculadas ao Ministério da Economia. Missão. Atualmente, existem 138 empresas estatais federais. Dessas, 18 dependem de recursos do Orçamento Federal para funcionar. O programa de

Bolsonaro cita um estudo do Tesouro Nacional segundo o qual essas empresas consumiram R\$ 122 bilhões entre 2012 e 2016. No mesmo período, deram retorno de R\$ 89 bilhões. As privatizações no Brasil começaram nos anos 1980, durante o governo de José Sarney (1985-1990). Também à época, a ideia era vender empresas para ajudar no ajuste das contas públicas. Foi privatizada, por exemplo, a Aracruz Celulose.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), que tinha um programa liberal, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND). Uma das empresas entregues ao mercado à época foi a Usiminas. Um avanço importante foi alcançado no governo de Itamar Franco (1992- 1994), com a venda de empresas como a Embraer e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Sucessor de Itamar, Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) privatizou o sistema Telebrás e a Companhia Vale do Rio Doce. Já nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016), de uma linha mais à esquerda e favorável à presença do Estado na economia, não houve privatizações. Foram feitas concessões, um modelo no qual o bem é explorado pelas empresas privadas, mas continua sendo do governo.

Ações da Localiza subiram ontem

A Localiza informou ontem ao mercado que o presidente do conselho de administração, Salim Mattar, fará uma reunião no dia 13 de dezembro para apresentar seu pedido de renúncia e indicar seu sucessor. No fim do pregão, as ações da locadora de veículos terminaram cotadas a R\$ 27,90, com alta de 0,25%. Mas no meio da tarde, os papéis chegaram a cair mais de 1% pouco antes de a empresa divulgar o fato relevante ao mercado sobre o tema. O valor de mercado da Localiza atualmente está em R\$ 18,5 bilhões. Ao longo do último ano, a empresa ganhou cerca de R\$ 3 bilhões na Bolsa – uma alta de 33% em um ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Preço do petróleo cai ao menor nível em um ano e derruba valor da Petrobrás

Mercado. Com os temores de desaquecimento da economia global e uma sobre oferta do produto, petróleo já acumula queda de mais de 30% desde meados de outubro, afetando o valor da Petrobrás na Bolsa, que caiu R\$ 49 bilhões desde o último dia 30

O preço do petróleo no mercado internacional voltou a despencar ontem, atingindo o menor patamar desde outubro do ano passado, por conta das preocupações com o desaquecimento da economia global e de uma oferta do produto maior que a demanda. No Brasil, o preço do petróleo em queda atinge diretamente as ações da Petrobrás, e esse é um dos principais fatores que levaram a estatal a perder R\$ 49 bilhões em valor de mercado desde o último dia 30. A Petrobrás terminou o mês passado valendo R\$ 384 bilhões e está cotada hoje em R\$ 335 bilhões. Em menos de um mês, as ações caíram quase 13%.

No pregão de ontem, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) caíram 2,34%, cotadas a R\$ 26,69, enquanto as preferenciais (PN, sem direito a voto) recuaram 3,10%, fechando em R\$ 24,37. “As ações da Petrobrás estão muito coladas ao preço do petróleo. É claro que também pesa a incerteza no cenário econômico global, a guerra entre os EUA e a China. Mas o principal fator de desvalorização é mesmo a commodity”, disse Pedro Galdi, analista da Mirae Corretora. Apesar disso, as ações da Petrobrás têm caído menos que o preço do petróleo, que acumula uma queda de mais de 30% desde meados de outubro. Ontem, o petróleo tipo Brent, negociado em Londres, caiu 6,07%, fechando cotado a US\$ 58,80 o barril.

Em outubro, havia chegado a US\$ 86. Já o petróleo WTI, negociado em Nova York, recuou 7,70%, cotado a US\$ 50,42. “Ainda que a queda do preço do petróleo tenha começado em outubro, as ações da Petrobrás não refletiam a conjuntura internacional porque o mercado estava valorizando a continuidade dos ajustes financeiros na estatal, com a perspectiva de vitória de Jair Bolsonaro. Passada a eleição, há um efeito muito forte que vem de fora. A commodity está caindo com a expectativa de que a economia mundial está perdendo força”, avaliou o economista-chefe da RC Consultores, Marcel Caparoz.

Essas projeções de desaquecimento da economia global, além das ameaças dos efeitos de uma guerra comercial entre China e EUA, claro, não afetam apenas o setor de petróleo. As bolsas de valores globais vêm apresentando quedas nas últimas semanas, com um grande temor dos investidores. Em Nova York, o índice Dow Jones fechou a semana em queda de 4,44%. Já a Nasdaq, que concentra as ações das empresas de tecnologia, recuou 3,73% na semana, com desempenhos ruins de empresas como Facebook, Apple, Alphabet (controladora do Google) e Netflix, por exemplo. No Brasil, o índice Ibovespa recuou 2,58% na semana. Ontem, a queda foi de 1,43%. A ação que mais caiu (-6,83%) foi a da Vale – que, não por coincidência, tem na China o seu maior cliente. / COLABORARAM RENATO CARVALHO e PAULA DIAS

MME / ASCOM .